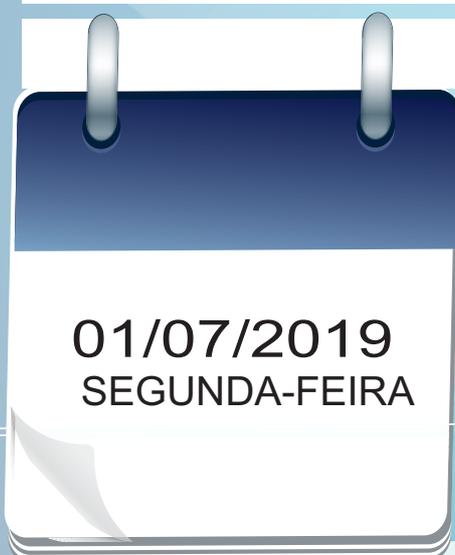


# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



01/07/2019  
SEGUNDA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## GIRO



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

## *Poderes falam em “fôlego” para Estado, mas resistem a medidas do RRF*

Apesar do acordo a respeito do pedido de autorização para a entrada no Regime de Recuperação Fiscal, que tramita na Assembleia Legislativa, é grande a resistência em relação às medidas que precisarão ser tomadas posteriormente. Uma delas, que é tida como necessária inclusive na formalização do pedido de adesão ao RRF, é reinclusão das despesas com inativos e encargos trabalhistas no cálculo dos limites de gastos de pessoal previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A coluna mostrou recentemente que, segundo o Tribunal de Contas do Estado, Assembleia, Tribunal de Justiça e Ministério Público não se enquadram, assim como o próprio Executivo, e precisariam cortar despesas com servidores e comissionados. Neste cenário, há nos bastidores a defesa de que a autorização dá “fôlego de seis meses” ao governo, que nesse período poderá economizar até R\$1,2 bilhão com o não pagamento das dívidas, permitindo a busca por um “caminho menos penoso” do que aquele que deve ser consolidado com a efetiva entrada do Estado no RRF.

---



## Xadrez

Rubens Salomão | [xadrez@ohoje.com.br](mailto:xadrez@ohoje.com.br)

### Governador rejeita imposição de “medidas duras” a poderes

Decisões sobre venda de empresas estatais (como Saneago, Metrobus, Celg GT e Iquego), além de suspensão de reajustes e gratificações de servidores e novos cortes nos incentivos fiscais a empresas, entre outras medidas, não serão baixadas como imposição em Goiás depois da autorização para adesão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Ao menos é o que garante o governador Ronaldo Caiado (DEM). Segundo ele, o processo não será de cima para baixo. “As outras etapas virão todas elas discutindo com a Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça, todos nós envolvidos no compromisso de buscar a melhor saída para o estado”, adianta. A indicação do governador confirmou para deputados aliadas a avaliação de que a prioridade da gestão é garantir a autorização e os seis meses sem pagar as dívidas com bancos federais. Os termos do RRF são outra história.





## **Rombo na Previdência de Goiás continua a crescer**

O Regime Próprio de Previdência da Previdência Social (RRPS) do Estado de Goiás sofreu com um aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado. O rombo nas contas públicas do estado chegou a R\$ 1.3 bilhão neste período, consumindo 17,44% da arrecadação nos quatro primeiros meses do ano.

A GoiásPrev projeta ainda um acréscimo de R\$ 77.830 milhões caso os 11.989 servidores e militares do Poder Executivo fiquem inativos até dezembro de 2022. Estima-se que até o final do ano sejam acrescentados nas contas do GoiásPrev mais 9.270 civis além de 2.728 militares.

A folha de inativos e pensionistas de maio deste ano girou em torno de R\$ 423.960 milhões. São 66.673 mil beneficiados, divididos entre 55.097 inativos e 11.576 pensionistas.

O aumento das despesas previdências do RRPS se dá, segundo a GoiásPrev, através “do inegável aumento da expectativa de sobrevida da população e às novas concessões de aposentadorias”, explica.

O RRPS que contempla os servidores da ativa e inativa além de pensionistas do serviço público registrou um déficit de R\$ 1,3 bilhão nos primeiros quatro meses deste ano. O valor corresponde a 17,44% da receita corrente líquida no mesmo período.



Lissauer Vieira comanda sessões extraordinárias do Legislativo

## ADMINISTRAÇÃO

# Acordo no Legislativo garante participação do Estado ao RFF

Helton Lenine

O pedido de autorização para entrada do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RFF) foi aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa, na noite da última sexta-feira, em primeira votação. Isso ocorreu devido a um consenso feito, na noite de quinta-feira, durante reunião a portas fechadas entre deputados, secretários de governo e chefes dos Poderes e do Ministério Público e Tribunais de Contas. O relator foi o deputado Dr. Antônio (DEM), que recomendou a aprovação.

O projeto entrou na pauta em sessão extraordinária da Comissão Mista de quinta-feira, mas, apesar do consenso, deputados de oposição pediram vistas da matéria. O pedido precisará passar ainda por nova votação, que deve ocorrer na terça-

-feira (2), em sessão de autoconvocação. Se necessário, haverá sessão também na quarta-feira (3).

A reunião ocorreu na sala das comissões na Assembleia cercada de sigilo - seguranças retiraram funcionários e imprensa até do corredor que dá acesso à sala - e foi comandada pela secretária de Economia, Cristiane Schmidt, que foi à Casa para explicar ponto a ponto do RFF.

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), classificou a reunião como um "momento histórico". "Reunimos todos os presidentes de Poderes e instituições para debater matérias importantes para a população de Goiás e conseguimos sair daqui com um consenso."

Lissauer Vieira (PSB) revelou que, apesar de considerar a adesão ao RFF como um remédio amargo, a medida é essencial para aliviar a situação financeira do Es-

tado. "Em momentos de dificuldade nós precisamos unir as forças. Nós precisamos estar juntos tentando buscar melhorias para a população. Às vezes o remédio é amargo sim, mas nós vamos precisar de tempo, de diálogo para poder amenizar", ponderou.

O secretário de Governo, Ernesto Roller, disse que o diálogo tanto com deputados quanto com os Poderes era necessário, dada a urgência da matéria. "É um momento que exige o esforço de todos nós no enfrentamento do problema e essa é a alternativa com que conta o Estado de Goiás."

Segundo Roller, o consenso foi firmado com pedido dos deputados para mudança da redação de parte do texto, visando deixar claro que as medidas do Plano de Recuperação, que deve ser apresentado pelo Estado para entrada no

RFF, precisam obrigatoriamente passar pela Casa. Nos bastidores, parlamentares já comentavam que iriam pedir a modificação. A mudança foi feita em voto em separado de Álvaro Guimarães (DEM).

O texto original enviado pelo governo à Casa, porém, já afirmava que "o Plano de Recuperação será formado por lei ou por conjunto de leis do Estado, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção."

A discussão das medidas, porém, deve ser feita apenas no segundo semestre, que são cinco: proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais, a exceção dos permitidos pela Lei Complementar 151/2015; redução de, no mínimo, 10% dos incentivos ou benefícios

fiscais; autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de saneamento e outros; adoção do Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado; e autorização para realizar leilões de pagamento.

Outras duas medidas exigidas já foram, de alguma forma, atendidas pelo Estado: revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais ou aprovação de teto de gastos; e instituição de regime de previdência complementar.

Sobre o pedido de vistas, apesar do consenso, o líder do PSDB na Casa, Talles Barreto, afirmou que é "o papel da oposição". "Tudo desse governo vem (à Assembleia) a toque de caixa e é um direito legítimo da oposição debater o projeto. O governo não quer o RFF porque sabe que não vai conseguir fazer. Ele quer é o prazo de seis meses para suspensão do pagamento das dívidas."

## Regime de Recuperação Fiscal terá vigência de 36 meses, diz governo

A minuta do projeto de lei que autoriza a adesão do Estado de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal tem apenas quatro artigos. Contido no processo nº 3843/19, de autoria da Governadoria, a matéria estabelece que o Plano de Recuperação Fiscal terá vigência de 36 meses e envolve ação planejada,

coordenada e transparente dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado de Goiás e Tribunal de Contas dos Municípios.

O projeto de lei não estabelece objetivamente quais são as ações a serem adotadas para corrigir o de-

equilíbrio fiscal do Estado, mas as linhas gerais sobre as quais será estruturado o plano de recuperação. O art. 2º da proposta diz serão implementadas medidas emergenciais e reformas institucionais, elaboradas pelo Poder Executivo, observados os princípios de sustentabilidade econômico-financeira, de igualda-

de entre gerações, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública.

O plano será formado por lei ou por conjunto de leis, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção. O monitoramento da execução e da evolução da situação financeira do Estado ficará sob responsabilidade da Secretaria de Economia.

Na justificativa do projeto de lei, o governador Ronaldo Caiado argumentou que o Estado de Goiás propôs em face da União, perante o Supremo Tribunal Federal, a Ação Cível originária nº 3262, que resultou na decisão liminar do relator, ministro Gilmar Mendes, que permitiu o ingresso do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal. A medida suspendeu a exigência de execução de contra garantias, sob a condição de que Goiás viabilize, no prazo máximo de seis meses, junto ao Ministério da Economia, o pedido de adesão.

## Governo Caiado paga R\$ 622 mil a advogados dativos, via Fundativo

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Estado do Governo (Segov), por meio da Coordenação de Honorários Dativos, pagou, ontem, R\$ 622 mil reais a advogados dativos. Conforme determina a Lei 19.474/16, o repasse foi feito com recursos do Fundo de Apoio ao Pagamento de Advogados Dativos (Fundativo), que é composto por 2% da verba dos cartórios extrajudiciais. Com isso, o governo estadual cumpre o compromisso de fazer o repasse dos

honorários dativos dentro do mês arrecadado, sem desvirtuar o valor para outros fins, adianta o secretário Ernesto Roller (Governo).

O valor, creditado diretamente em conta bancária, será suficiente para pagar 193 advogados, responsáveis por 315 processos protocolados até outubro de 2013 e até fevereiro de 2016, no caso dos pagamentos a prioritários. O pagamento é realizado conforme a ordem cronológica gerada por um sistema eletrônico, sendo que pro-

fissionais com mais de 60 anos e portadores de doenças graves têm preferência no recebimento. A relação de pagamento está disponível no site [www.segov.go.gov.br](http://www.segov.go.gov.br).

No mesmo endereço, os advogados podem realizar consultas processuais. Para isso, o primeiro passo é se cadastrar no site, no menu "Advogados Dativos". O usuário deve informar a conclusão do procedimento à equipe da Segov, por meio dos telefones (62) 3201 5621 e (62) 3201 5636, e

aguardar pela liberação do sistema, em até 24 horas. Estão disponíveis informações como o número do processo, data de protocolo, situação (deferido, indeferido ou pendente) e ordem de pagamento.

A atual gestão recebeu o Fundativo com saldo zerado e herdou uma dívida superior a R\$ 41 milhões de reais. No entanto, segundo o responsável pela coordenação, Diogo Oliveira, o governador Ronaldo Caiado assumiu o compromisso de não contingenciar os recursos da Advocacia Dativa: "Todos os meses, o valor que é arrecadado é repassado integralmente aos advogados, deduzidos os impostos. Estamos valorizando o serviço prestado pelo advogado à população mais carente", afirmou.



Ernesto Roller: compromissos de Caiado com a advocacia



## GIRO



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

### *Deixa estar*

O TCE não deve recorrer da liminar que suspendeu os efeitos do parecer pela rejeição das contas dos ex-governadores Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB. Deixará sua defesa apenas para o mérito.

### *Tempo*

Há no TCE o entendimento de que tentativas de derrubar a liminar atrasam o andamento do processo.

### *Aliás...*

A recomendação ao atual governo para quitar R\$ 901 milhões de repasses não realizados no ano passado está no parecer do TCE. Portanto, também tem os efeitos suspensivos.



**GIRO**



**Marcos Nunes  
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

## *Deputados querem tornar impositivas as emendas coletivas no texto da LDO*

O texto final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que entra em análise a partir de hoje na Assembleia Legislativa, deve colocar como impositivas as emendas coletivas e da mesa diretora com 0,3% da Receita Corrente Líquida (RCL). O percentual se une aos 0,7% das emendas individuais acordados com o governo e que devem ser pagos obrigatoriamente pelo Executivo, desde que sejam destinadas à saúde. À coluna, deputados afirmam que a medida deve passar, apesar de o governo discordar. “Precisar ser (impositivo). É importante para obras nos municípios”, afirma um parlamentar. A discussão sobre o tema deve ocorrer em paralelo à tramitação de projeto que autoriza o Estado a solicitar entrada no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Se passar na LDO, as emendas devem ser apresentadas durante tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), no segundo semestre.



## Construção será retomada

**SAÚDE** Governador vai assinar amanhã o termo que autoriza a conclusão dos 20% restantes da obra do Hospital do Servidor. Com previsão de 7 meses para ser concluído, projeto custará R\$ 9 milhões

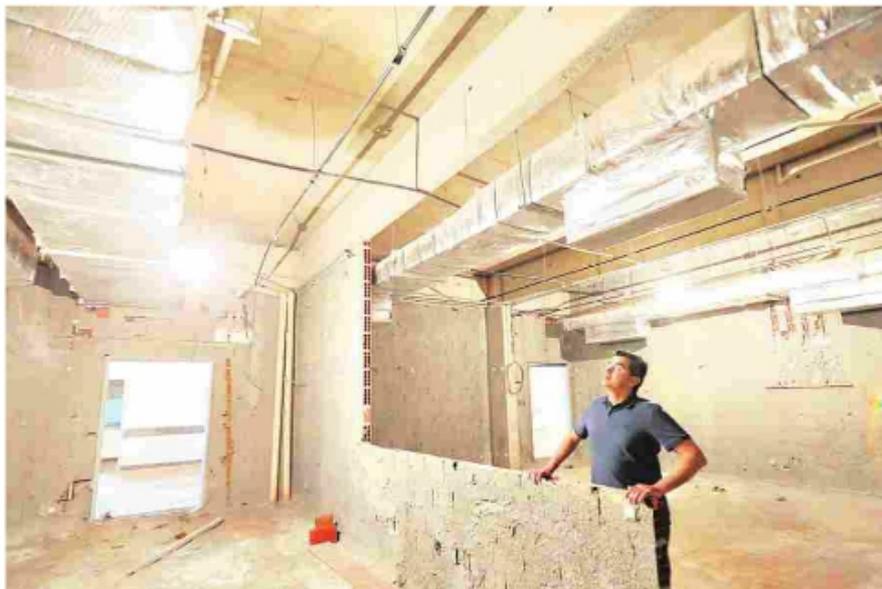
Carla Guimarães  
carla.guimaraes@opopular.com.br

Depois de seis meses paralisada, a construção do Hospital do Servidor Público de Golás Fernando Cunha Júnior, em Golânia, será retomada nesta semana. O termo autorizando o reinício das obras será assinado às 10 horas de amanhã pelo governador Ronaldo Calado (DEM), durante solenidade de balanço do primeiro semestre de gestão do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado (Ipsago). A previsão atual é de sete meses para que o projeto seja concluído.

O hospital para usuários do Ipsago, que chegou a ser parcialmente inaugurado na gestão anterior, está com aproximadamente 20% do projeto pendente de finalização, que representa custos estimados de quase R\$ 9 milhões, segundo o presidente do Instituto, Silvío Fernandes. O valor total do contrato, que passou por sete aditivos de valores, é de R\$ 84,405 milhões. Em 17 de dezembro de 2014, o montante global era R\$ 67,125 milhões.

Ao todo, 17 aditivos foram celebrados ao longo da execução do projeto, até a sua paralisação, em dezembro. Destes, dez em relação a prazos. A ordem de serviço para construção do hospital assinada em janeiro de 2015 previa a construção em 15 meses. Houve na sequência uma série de alterações, a última, previa 47 meses.

Silvío informa que assinarão agora um aditivo de tempo para finalizar a obra, já que o último estava no limite para ser retomado ou se encerrar. Caso fosse encerrado, demandaria nova licitação, consequentemente, com possível alongamento de prazo e impacto financeiro. Além disso, o presidente do Instituto diz ser importante seguir o contrato com a mesma construtora que o iniciou "para cobrar a exa-



Entres as áreas incompletas, segundo o presidente do Ipsago, estão centro cirúrgico, lavanderia e farmácia

tidão do projeto".

Durante o período de obras, o presidente do Ipsago diz que o atendimento ambulatorial que desde o ano passado começou a ser realizado no local não será interrompido. As consultas são realizadas de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

Construído no Parque Aca-lanto, o hospital ocupará 24,5 mil metros quadrados de área, de acordo com o projeto. Os 211 leitos, segundo Silvío, estão prontos, mas o presidente informa que há muitas áreas ainda incompletas, como centro cirúrgico, lavanderia, farmácia, havendo inclusive áreas ainda no chão batido.

### EQUIPAMENTOS

A retomada das obras do Hospital do Servidor era uma reivindicação do Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos de Golás, que realizou uma visita técnica no local no dia 3 de



**Vamos buscar entendimento para ver como vamos tocar esse hospital. Todas as possibilidades estão abertas"**

Silvío Fernandes,  
presidente do Ipsago

malo deste ano. A visita, que foi acompanhada pelo POPULAR, constatou na época que, além dos 20% inacabados da parte estrutural, ainda faltavam diversos equipamentos como máquinas para exame de imagem de ressonância e tomografia; equipamentos para exames laboratoriais; mobiliários; equipamentos médico-hospitalares

e equipamentos para cozinha e lavanderia.

O presidente confirma a inexistência de equipamentos. Para colocar tudo em funcionamento, ele estima que sejam demandados R\$ 80 milhões - para equipar, fazer contratação inicial de servidores e comprar insumos. "Vamos buscar entendimento para ver como vamos tocar esse hospital", afirma.

Segundo ele, não existiu um plano de trabalho para a unidade de saúde. "Vamos ter que fazer o contrário, do hospital pronto ver como operacionalizar. Todas as possibilidades estão abertas. Prioridade agora é terminar ele", afirma Silvío. O presidente diz acreditar que esses sete meses para o término da obra serão suficientes para chegarem a uma definição nesse sentido.

### CUSTOS

Os quase R\$ 9 milhões que estão previstos para essa fase final

### Prorrogações

Desde a assinatura da ordem de serviço, o contrato de construção do hospital sofreu várias mudanças

Prazo inicial para execução da obra

15 meses

Prazo executado até a paralisação da obra (dez/2018)

47 meses

Valor global do contrato (em 17/12/2014)

R\$ 67.125.256,72

Valor do contrato atualizado e aditivado até 12/12/2018

R\$ 84.405.509,55

### ADITIVOS CELEBRADOS

17 aditivos foram celebrados ao longo da execução do projeto, até a paralisação. Dentre eles:

- 5 termos aditivos foram de prorrogação de prazos para execução
- 4 aditivos de acréscimos
- 2 aditivos de prorrogação de prazos de vigência do contrato
- 3 aditivos de reajuste do contrato, com a consequente elevação do valor contratado

da obra Silvío diz que virão de recursos próprios do Ipsago, parte das economias que têm sido realizadas pelo Instituto e o restante de fluxo direto do caixa - entrada e saída.

"Cortamos quase R\$ 40 milhões dentro da despesa administrativa", informa Silvío, sobre a projeção de economia no ano com ações como cortes de terceirizados, insumos e revisão de contratos.



## Sem medicamentos, Hutrin está em crise

### TCE determina repasse de verba para garantir atendimento

Isabela Martins

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou que o governo repasse dinheiro para o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin). Um dos conselheiros justificou que a unidade está à beira de um colapso, já que os estoques de remédio estão a baixo do mínimo ou simplesmente zerados, e que isso acontece por conta de repasses que foram parcelados. O TCE também recomendou aumentar a estrutura de atendimento do hospital, principalmente durante a festa de Trindade.

O conselheiro Kennedy Trindade justificou a medida devido à urgência pelo fato de que “o estoque de medicamentos e materiais hospitalares do Hutrin, em vários itens, já se encontra abaixo do mínimo e muitos estão zerados, colocando a unidade na iminência de um colapso, a seguir a impossibilidade de realizar os atendimentos próprios de sua finalidade”, afirma o documento. O relator também destacou a dificuldade no abastecimento do estoque de medicamentos da unidade hospitalar.

A equipe de fiscalização do TCE verificou que o contrato de gestão entre a Secretaria Estadual da Saúde (SES-GO) e o Instituto CEM que administra a unidade, estabelece que os repasses de recursos seriam feitos em seis parcelas de R\$ 2.294.965,60. Mais foi constatado pelo Tribunal que os repasses estavam sendo feitos de forma fracionada e sem regularidade.

### Crise

Levantamento realizado pelo Departamento de Almojarifado e Patrimônio do Hutrin a pedido do TCE apresentou que há um desabastecimento de medicamentos, materiais hospitalares, águas e soros. Além de observar a necessidade de reabastecimento do estoque de medicamentos e materiais hospitalares para evitar um colapso na unidade, em especial na festa do Divino Pai Eterno, “merece atenção não só o reforço do estoque de medicamentos da unidade, como também a ampliação da estrutura física para o atendimento dos pacientes, pois considerando a estrutura montada, haveria a necessidade de aquisição de três tendas e um contêiner climatizado que servirá de consultório”, além de 50 cadeiras para a recepção.

O relator destacou as dificuldades no abastecimento do estoque de medicamentos da unidade hospitalar diante do descumprimento contratual por parte da SES, “quando deixou de promover os repasses financeiros na forma pactuada com o Instituto CEM, gestor do Hutrin, infringindo assim os princípios norteadores da administração pública”.

Em nota a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) esclareceu que tem mantido repasses regulares ao Hutrin conforme valores estabelecidos no contrato de gestão. Ao longo do exercício de 2019, a SES-GO tem mantido os repasses dentro do mês de competência. De janeiro até maio, já foram destinados cerca de R\$ 11 milhões ao Instituto CEM, responsável pela gestão da unidade. Até o fechamento desta matéria o Instituto CEM não havia respondido aos nossos questionamentos.

Em nota o Instituto Cem informou que antes de qualquer manifestação já havia preparado um programa de atenção visando a festa do Divino Pai Eterno com aumento de 24 leitos, 50% no número de médicos o pronto socorro, mais uma ambulância e 40% em material médico e medicamento. De modo que não faltará estrutura para a atenção aos romeiros e pacientes que necessitem de atenção no Hutrin. **(Isabela Martins é estagiária do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)**



## Fio Direto

**HELTON LENINE**

*heltonlenine@gmail.com*

### **Lúcio Flávio: “Plano de recuperação é remédio amargo, mas indispensável”**

“O plano de recuperação é um remédio amargo, não há dúvida, mas é indispensável”. A afirmação é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Goiás (OAB-GO), Lúcio Flávio de Paiva. Em entrevista ao jornal A Redação, ele afirma que sua opinião não reflete a posição da OAB-GO sobre o tema, porque a matéria não foi submetida ao Conselho Pleno da OAB-GO. “O Estado de Goiás tem problemas graves com relação à questão fiscal, uma folha de pagamento altíssima que precisa realmente de um choque nas contas públicas e não há outro regime senão o regime de recuperação que está posto na mesa”, afirma. Ao falar sobre o assunto, Lúcio Flávio diz lembrar do início de sua primeira gestão, quando também herdou dívidas. “Quando eu olho o governador passando a situação, me vejo no início da minha gestão anterior. Me vejo em 2016 com credores na porta e com problemas fiscais importantes. Não é possível resolver os problemas do estado, sem muita austeridade fiscal”, diz. “Eu espero que a Assembleia tenha maturidade para aprovar e a população tenha resiliência para suportar, mas é indispensável nesse momento esse programa. Tenho certeza que o governador Ronaldo Caiado tem toda condição de tirar o estado do local em que ele se encontra e, da nossa parte, terá o apoio para todas as medidas que sejam legais e constitucionais”, conclui.

